

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

**Hudson do Vale de  
Oliveira**

*IFRR*

hudson.oliveira@ifrr.edu.br

**Francimeire Sales de  
Souza**

*IFRR*

francimeire.souza@ifrr.edu.br

## **EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO**

### **DIVERSIFICAÇÃO DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): reflexões necessárias**

*Diversification of the evaluation process in  
youth and adult education (EJA): necessary  
reflections*

**Resumo:** Ainda que os (as) educandos (as) que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenham o direito à educação garantido em lei, sabe-se que, na prática, a concretude deste acesso só será possível se os professores, e todos os envolvidos no processo formativo dos (as) educandos (as), estiverem dispostos e atentos à necessidade de se debater sobre as práticas a serem adotadas junto a este público. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo contribuir para o debate sobre o processo de avaliação na EJA, por meio da adoção de instrumentos diversos, que promovam o envolvimento e o aprendizado dos (as) educandos (as) e, sobretudo, lhes garantam a permanência na escola e o êxito nos estudos. Para tanto, o estudo pode ser considerado exploratório (Gil, 2008), com abordagem qualitativa, sem a pretensão de apresentar elementos conclusivos, mas contribuir para o debate proposto. A diversificação dos instrumentos avaliativos na EJA se configura como uma prática que tende a ser relativamente simples e fácil de ser implementada. Porém, para isso, exige não só dos professores, mas de toda equipe que faz parte do processo formativo, envolvimento, comprometimento e, sobretudo, vontade, no sentido de querer fazer.

**Palavras-chave:** Avaliação; Êxito; Permanência.

**Abstract:** *Although students who are part of Youth and Adult Education (EJA) have the right to education guaranteed by law, it is known that, in practice, this access will only be possible if teachers and everyone involved in the training process of students are willing and aware of the need to discuss the practices to be adopted with this public. In this sense, this article aims to contribute to the debate on the evaluation process in EJA, through the adoption of diverse instruments that promote the involvement and learning of students and, above all, guarantee their permanence in school and success in their studies. To this end, the study can be considered exploratory (Gil, 2008), with a qualitative approach, without the intention of presenting conclusive elements, but contributing to the proposed debate. The diversification of evaluation instruments in EJA is configured as a practice that tends to be relatively simple and easy to implement. However, this requires not only teachers, but the entire team involved in the training process, involvement, commitment and, above all, willingness, in the sense of wanting to do it.*

**Keywords:** *Avaliation; Success; Permanence.*

## 1. Introdução

A Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) afirma que a educação é um direito de todos e, portanto, dever do Estado. Tendo por base essa premissa, destaca-se que na área da educação, ao longo dos anos, muitos estudos têm sido desenvolvidos sobre as mais diferentes vertentes, buscando, dentre outros aspectos, analisar de que forma esta educação tem sido ofertada a segmentos específicos que demandam de um maior cuidado pelas particularidades que apresentam (Carrano *et al.*, 2015; Haas, 2015; Benevides, 2017).

Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se caracteriza por ser um público particular que apresenta uma grande diversidade entre os próprios sujeitos que o compõe. Não é raro, por exemplo, trabalhar em turmas da EJA com jovens que, embora estejam fora da faixa etária considerada ideal para cursar determinada “série”, ainda recordam de alguns dos conteúdos repassados em sala de aula e, concomitantemente, com pessoas de idades mais avançadas e que, por diversas circunstâncias, não recordam nada do que viram em suas “séries” iniciais.

Por ter essa natureza diversa, o público da EJA chama atenção, pois merece um cuidado especial para garantir que os (as) educandos (as) possam atuar como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem (Dourado, 2018), analisando criticamente este processo e, especialmente, contribuindo com ele, e não sendo meros observadores que, simplesmente, absorvem aquilo que o professor traz “pronto e acabado” para a sala de aula, muitas vezes como verdade absoluta (Freire, 2011).

Para tanto, o professor deve estar muito atento à diversidade que tem a sua frente para que possa trabalhar com ela de uma maneira não estanque como, por exemplo, utilizando uma única forma de avaliação, uma vez que tal atitude, de certa forma, priorizaria determinados sujeitos em detrimento de outros, já que estes, digamos, não obteriam êxito na avaliação adotada. Assim, a diversificação do processo avaliativo tende a englobar todos os sujeitos participantes e todos, portanto, se sentiriam aptos a alcançar as metas quantitativas estabelecidas como necessárias para que possam ter sucesso nos estudos e, com isso, prosseguir nestes.

Com base nessas considerações iniciais, o objetivo deste artigo é o de suscitar o debate acerca da necessidade de se repensar o processo de avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo uma diversificação deste processo, por meio da adoção de instrumentos diversos, que promovam o envolvimento e o aprendizado dos (as) educandos (as), contribuindo para uma formação integral desses sujeitos, e, sobretudo, lhes garantam a permanência na escola e o êxito nos estudos.

Este artigo está estruturado, além dessa introdução, em mais 5 (cinco) tópicos: o segundo trata dos aspectos metodológicos; o terceiro, contempla o desenvolvimento do tema, abordando os dispositivos legais acerca da EJA, a avaliação e a permanência e o êxito dos (as) educandos (as); em seguida, abordamos a atuação do professor na EJA,

com foco no processo de avaliação; posteriormente, apresentamos as considerações finais, seguida das referências.

## 2. Aspectos Metodológicos

Este artigo se caracteriza como teórico, partindo da necessidade da promoção de debates sobre o tema avaliação e, de forma específica, acerca da importância da diversificação de instrumentos avaliativos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco em promover uma formação integral desses sujeitos e em garantir a permanência e o êxito dos (as) educandos (as) deste público.

Ressalta-se que tais debates são cada vez mais necessários, considerando o público em questão e as diversas dificuldades que o perpassa como, por exemplo, a própria diversidade do público, em função das diferentes faixas etárias que o compõe, e o fato de que, em sua maioria, já atuam no mercado de trabalho e, portanto, demandam por estratégias diferenciadas.

O estudo em questão origina-se de uma revisão de literatura em materiais já publicados na área educacional e, especialmente, acerca da temática da avaliação, especificamente a diversificação de instrumentos avaliativos. Pode ser considerado exploratório (Gil, 2008), com abordagem qualitativa, não possuindo o objetivo de apresentar elementos conclusivos para os apontamentos realizados, pois o foco é contribuir para o debate proposto, conforme destacam Lüdke e André (2015).

Destaca-se que este artigo, inclusive, à luz do objetivo proposto, parte da premissa fundamental da Pedagogia Libertadora (Freire, 1987), a qual ressalta que o conhecimento prévio dos sujeitos (no caso, dos (as) educandos (as)), ou seja, a experiência destes, e do seu universo é indispensável ao processo de ensino-aprendizagem.

## 3. Educação de Jovens e Adultos: Entre Dispositivos Legais, Avaliação e a Permanência e o Êxito dos (as) Educandos (as)

A educação de jovens e adultos (EJA) se refere a uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, podendo, também, estar atrelada à educação profissional e tecnológica. De forma geral, essa modalidade dar oportunidade aos jovens e adultos para que estes possam iniciar os seus estudos ou dar continuidade a eles. Trata-se de um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 208, inciso I. Assim, esse dispositivo constitucional determina que é dever do Estado assegurar a educação de jovens e adultos (Pierro; Graciano, 2003).

Atendendo a esse dispositivo e buscando definir os mecanismos necessários ao oferecimento da EJA, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, definiu que a EJA deve

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida. Ademais, esses indivíduos já participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e dos adolescentes aos quais se destina o ensino regular (Brasil, 1996).

Além disso, a EJA, de acordo com a LBD, deve ter uma oferta regular com características específicas e modalidades que sejam adequadas às necessidades e disponibilidades deste público. Dessa forma, aqueles que são trabalhadores devem ter garantido as condições de acesso, assim como a permanência na escola (Brasil, 1996).

Porém, não basta garantir o acesso dos alunos deste público à escola, mas ir além deste acesso, ou seja, é preciso desenvolver estratégias que garantam a permanência e o êxito desses (as) educandos (as). Do contrário, os sistemas de ensino continuarão a universalizar o acesso, porém a exclusão dos indivíduos e dos grupos que não se enquadram nos padrões homogêneos das escolas continuará (Brasil, 2010).

Afinal, o acesso à vaga por si só não caracteriza, por exemplo, a inclusão de um determinado indivíduo que possui uma necessidade específica, uma dificuldade, e que, por vezes, acaba sendo estigmatizado por todos que estão a sua volta, o que torna o processo de adaptação e de integração ao ambiente escolar ainda mais complicado, complexo e, até mesmo, desestimulante. Nesse sentido, a flexibilização do processo avaliativo, por meio de sua diversificação, apresenta-se como uma alternativa muito viável para que este público possa obter êxito e, com isso, possa seguir em seus estudos permanecendo, dessa forma, na escola (Santos *et al.*, 2017).

Sobre avaliação, Sousa *et al.* (2013, p. 3159) destacam:

A avaliação constitui-se como tarefa didática permanente do processo ensino-aprendizagem em que o professor, ao comparar os resultados obtidos com os objetivos propostos, deve analisar as dificuldades e progressos do aluno e direcionar seus esforços em busca de melhorar suas atividades didáticas.

A temática da diversificação de instrumentos avaliativos já tem sido alvo de pesquisas de estudiosos da área da Educação, assim como de outras áreas (Ferraz *et al.*, 1994; Zabala, 1998; Lopes, 2006; Silva, 2006; Oliveira *et al.*, 2013), especialmente por se caracterizar como uma estratégia simples e uma prática docente que pode facilmente ser implementada. Para Silva (s/d), a diversificação do processo avaliativo apresenta uma função considerada estratégica. Por meio dela, é possível coletar um maior número e variedade de informações relacionadas ao trabalho do professor, assim como dos diferentes percursos de aprendizagens.

Nesse sentido, sabe-se que o público da EJA é demandante de pesquisas que possam nortear políticas públicas voltadas à educação e, principalmente, garantindo a execução de tais políticas por meio de ações práticas dentro do processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de garantir a permanência e o êxito deste, pois tais aspectos (permanência e êxito) podem estar também relacionados à adoção de estratégias docentes que considerem instrumentos avaliativos diversos. Para tanto, o

professor tem que estar atento a esta necessidade de diversificação e, portanto, sair da “zona de conforto” estando disposto a adotar tais estratégias por meio de uma formação ampla e atualizada.

Corroborando com o diálogo sobre políticas públicas, Melletti e Bueno (2013, p. 31), abordando sobre a educação especial, destacam:

São as políticas em ação que permitirão o avanço da qualidade do ensino dessa população e que possibilitarão ou não a adoção, cada vez mais, de formas de escolarização mais adequadas para indivíduos que, é preciso que não esqueçamos, possuem prejuízos causados por uma deficiência.

Ademais, tais pesquisas são necessárias de forma a promover diálogos acerca do processo avaliativo, considerando dentre outros aspectos: a) a possibilidade das experiências dos (as) educandos (as) da EJA não serem (estarem sendo) consideradas no processo avaliativo; b) a provável adoção excessiva de instrumentos avaliativos tradicionais pelos professores que trabalham com a EJA; e c) a possível falta de percepção dos professores da EJA sobre a importância da necessidade de diversificar os instrumentos avaliativos, com foco em promover uma formação integral desses sujeitos e em garantir a permanência dos (as) educandos (as) e o êxito destes.

#### 4. Atuação na Educação de Jovens e Adultos: Do Professor ao Processo de Avaliação

A concepção de que a aprendizagem deve estar centralizada essencialmente nas ações do professor é muito antiga e ultrapassada. Afinal, todo professor que se preze, além de reconhecer a necessidade de uma formação continuada, é (ou, pelo menos, deveria ser) consciente de que, ainda que seja o professor, ele não é o detentor da verdade, do saber, do conhecimento absoluto, pois, conforme destaca Paulo Freire (1987, p. 68), “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”. Percebe-se, dessa forma, com o passar do tempo, que o processo de ensino-aprendizagem é uma via de mão dupla, na qual ambos (professor e aluno/educando) estão continuamente aprendendo de forma mútua (Oliveira *et al.*, 2013; Barrios, 2018).

Para além do (a) educando (a), especificamente da EJA, obter êxito por meio da adoção de instrumentos avaliativos diversificados, é preciso compreender que essa ação tem por objetivo central melhorar a compreensão do professor acerca do sujeito que está sendo submetido ao processo avaliativo (Silva, 2006). Araújo e Stefanuto (2022), ao realizarem um mapeamento dos trabalhos científicos sobre a EJA integrada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mencionam sobre o processo avaliativo nessa modalidade de ensino quando pontuam:

Não se deve medir esforços no desenvolvimento de metodologias diferenciadas próprias para essa modalidade, de formas apropriadas de organização curricular, de cargas horárias e de processos avaliativos que considerem as

especificidades dos estudantes trabalhadores, valorizando suas experiências de vida e trabalho, sem desprezar os conhecimentos científicos e tecnológicos (Araújo; Stefanuto, 2022, p. 153).

Além disso, destaca-se que esse professor passará de certa forma a estabelecer uma avaliação com justiça, uma vez que irá absorver do (a) educando (a) o conhecimento adquirido por este por meio de um instrumento no qual o (a) educando (a) se sente à vontade, especialmente porque dependendo do instrumento avaliativo utilizado pelo professor, os (as) educandos (as) se sentem completamente bloqueados e, conseqüentemente, não conseguem obter o êxito esperado (Ferraz *et al.*, 1994).

Oliveira *et al.* (2013) destacam que a utilização de diferentes instrumentos avaliativos oportuniza aos (às) educandos (as) maiores chances de obterem os resultados acadêmicos demandados pela escola. Enfatizam, ainda, que por meio de tais instrumentos os (as) educandos (as) podem demonstrar competências que, muitas vezes, até desconhecem, mas que são exteriorizadas quando são inquiridos (as), ainda que indiretamente, a colocá-las em prática.

Nessa perspectiva, Zabala (1998) ressalta que, com a flexibilidade no processo avaliativo, o professor abre espaço para várias questões, dentre elas: quem são os meus alunos? O que os meus alunos já sabem com relação ao que pretendo repassar? Quais as experiências dos meus alunos? Por outro lado, é importante ter em mente que a diversificação dos instrumentos avaliativos não exime o processo da necessidade de se ter uma sistemática a ser seguida. Lopes (2006) ressalta que o processo de avaliação do professor não pode estar dissociado da metodologia de ensino-aprendizagem deste.

Ratificando a consideração apresentada pelo autor supracitado, Silva (2006) enfatiza que a diversificação de instrumentos avaliativos deve obedecer alguns critérios, a saber: estar inserida dentro de uma sistemática, atender uma metodologia específica da teoria e da prática da avaliação educacional, e estar adequada à natureza do objeto a ser avaliado.

## 5. Considerações Finais

Este artigo se propôs a suscitar o debate acerca do tema avaliação na Educação de Jovens e Adultos, com foco em promover uma formação integral desses sujeitos e em contribuir para a permanência e o êxito dos (as) educandos (as), por meio da diversificação dos instrumentos avaliativos.

A diversificação ou, em outras palavras, utilização de outras formas de avaliar os (as) educandos (as) é uma prática que já tem sido objeto de estudo e, sem dúvida, tende a ser relativamente simples e fácil de ser implementada. Porém, para que essa implementação ocorra, e conseqüentemente possa gerar os resultados que se espera, se exige dos professores, e de toda equipe que faz parte do processo formativo, envolvimento, comprometimento e, sobretudo, vontade, no sentido de querer fazer.

Dessa forma, essa possível lacuna entre o “é possível fazer” e o “querer fazer” pode nos remeter à necessidade de desenvolver estudos práticos que mostrem a concretude dessa prática de diversificação dos instrumentos avaliativos e, principalmente, que retratem os reflexos da adoção desses instrumentos na formação integral dos sujeitos, na permanência e no êxito dos (as) educandos (as) que fazem parte da EJA.

Assim, com os resultados destes estudos, poderá ser possível estimular mais professores e equipes a desenvolver novos instrumentos, novas formas de avaliar que, ainda que não “fujam” em sua totalidade dos métodos tradicionais, oportunizem aos (às) educandos (as) da EJA melhores condições para que alcancem sucesso em seus estudos.

## 6. Referências

ARAÚJO, A. S.; STEFANUTO, V. A. Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: uma análise temporal (2010 a 2020) das pesquisas publicadas na Revista Brasileira de Educação. **Revista Educação Online.**, Rio de Janeiro, n. 39, jan-abr, p. 135-157, 2022. Disponível em: <<http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1042>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BARRIOS, J. B. de C. **O abandono do ensino médio regular pelos estudantes e a juvenilização da EJA: uma teia de relações.** 2018. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes – Departamento de Educação, Universidade Estadual de Londrina – UEL.

BENEVIDES, S. L. **Trânsitos curriculares dos jovens populares na escola.** 2017. 151f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília – DF: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, 73 p.

CARRANO, P.; MARINHO, A.; OLIVEIRA, V. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1439-1454, dez., 2015. Disponível em:



# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1439.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DOURADO, R. de C. S. **Gestão da aprendizagem em sala de aula pelos professores da Educação de Jovens e Adultos no município de Tanhaçu – Bahia**: processos de intervenção para a melhoria da qualidade do ensino. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

FERRAZ, M. J.; CARVALHO, A.; DANTAS, C.; CAVACO, H.; BARBOSA, J.; TOURAI, L.; NEVES, N. **Instrumentos de avaliação**: diversificar é preciso. 1994. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dgfdc.min-edu.pt%2Favaliacao-interna%2Fdata%2Favaliacao-interna%2FEnsino\\_Secundario%2FDocumentos%2Finstrumentos\\_avaliacao.pdf&ei=xi\\_OVPXeCIqxsASksYGwBA&usg=AFQjCNG5PdNhdSbPNKngz2G7tyyPFnTCvg&bvm=bv.85076809,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dgfdc.min-edu.pt%2Favaliacao-interna%2Fdata%2Favaliacao-interna%2FEnsino_Secundario%2FDocumentos%2Finstrumentos_avaliacao.pdf&ei=xi_OVPXeCIqxsASksYGwBA&usg=AFQjCNG5PdNhdSbPNKngz2G7tyyPFnTCvg&bvm=bv.85076809,d.cWc)> Acesso em: 21 jun. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, P. **Educação e mudança**. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAAS, C. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re)invenção da articulação necessária entre as áreas. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 347-360, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9038/0>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LOPES, M. C. Uma experiência de ensino-aprendizagem em uma disciplina de programação. In: **Anais do XV Seminário de Computação**. Blumenau – SC, 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2015.

MELLETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Políticas públicas, escolarização de alunos com deficiência e a pesquisa educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.

OLIVEIRA, H. do V. de; SOUZA, F. S. de; GRÜTZMACHER, S. A experiência do IFRR / Câmpus Amajari na diversificação de instrumentos avaliativos como forma de percepção de competências dos discentes. In: **Anais da 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC**, 2013.

PIERRO, M. C. D.; GRACIANO, M. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação. São Paulo – SP, 2003. Disponível em:

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

<<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/TEXT0%203%202013%20A%20educacao%20de%20jovens%20e%20adultos%20no%20Brasil%20-%20EJA.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2023.

SANTOS, A. L. V. dos; PEREZ, G. T.; TEIXEIRA, V. L. M. de O. Estratégias de ensino-aprendizagem na construção do conhecimento. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, n. 18, v. 2, p. 106-113, 2017.

SILVA, J. F. da. **Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. s/d. Disponível em:

<<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20C%20continuada/Avalia%C3%A7%C3%A3o/janssen1.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, J. F. da. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. 4ª ed. São Paulo-SP: Mediação, 2006.

SOUSA, A. C. G.; BARROCAS, A. L.; CAVALCANTE, E. A.; MANÇO, I. A. Avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos: olhar sobre a perspectiva discente. In: **Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, Paraná, 2013. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7288\\_4195.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7288_4195.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ZABALA, A. A Avaliação. In: ZABALA, A. **A Prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

---

Hudson do Vale de Oliveira

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) e do Programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - Pólo IFRR / Campus Boa Vista (CBV),

---

Francimeire Sales de Souza

Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO),